

ARAÚJO, Melvina. *Do corpo à alma: missionários da Consolata e índios macuxi em Roraima*, São Paulo, Associação Editorial Humanitas/Fapesp, 2006, 248 pp.

Ubirajara de Farias Prestes Filho  
Doutor em História Social – USP

Debates sobre missões entre povos indígenas são fecundos na antropologia, pois colocam em evidência a questão da interculturalidade, importante objeto de pesquisa em nossos dias. Embora o tema das missões seja clássico, diferentes estudos são necessários, pois o cenário de globalização nos últimos anos motivou novas perspectivas sobre o assunto.

Soube pela primeira vez da pesquisa da antropóloga Melvina Araújo em um curso de pós-graduação realizado no Departamento de História da USP, quando assistimos as aulas do professor Augustin Wernet, que infelizmente perdemos no ano passado. Na ocasião, ouvi de Melvina algumas histórias interessantes sobre missionários em Roraima, os riscos de uma pesquisa em uma região de tensa disputa de terras e os surpreendentes relatos sobre os Kanaimé. Mal sabia, nesse momento, que minha própria pesquisa, sobre missões adventistas, esbarraria também nos Kanaimé.

O livro de Melvina Araújo coloca-se no contexto de renovação teórico-metodológica dos estudos interculturais. Resultado da tese de doutorado realizada no Departamento de Antropologia Social da Universidade de São Paulo, a pesquisa selecionou como objeto privilegiado a mediação entre dois agentes, que buscam construir códigos de comunicação e significados compartilhados.

Os agentes envolvidos no livro são missionários da Consolata e índios macuxi. Mas, para analisar esses grupos, a autora dedicou espaço para discutir as especificidades do pensamento missiológico dos padres da Consolata, desde sua formação, as lutas pela terra em Roraima, as políticas públicas de saúde, o pensamento macuxi sobre corpo e doença, entre outros temas. Articular aspectos tão diversos exigiu, certamente, um grande esforço metodológico, que a autora explicita ao longo da obra.

O livro de Melvina insere-se numa discussão ampla sobre as missões em territórios indígenas, nos termos colocados por um grupo de estudo sobre missões (Cebap/USP), que desenvolveu o projeto temático *Missões cristãs e as populações indígenas: o problema da mediação cultural*, coordenado pela professora Paula Montero. Melvina participou desse grupo, que buscou uma antropologia das missões que produzisse um lugar teórico que tivesse como foco não a instituição religiosa isoladamente nem as culturas indígenas em si, mas “o espaço social e simbólico de suas relações nos momentos determinados em que o esforço de generalização se impõe”. A esse lócus de relações generalizadas foi dado o nome de *mediação cultural*. O resultado do projeto temático mencionado foi a publicação da obra *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural* (Montero, 2006), em que se encontra um texto com as contribuições de Melvina Araújo.

Um dos agentes estudados profundamente pela autora foi o Instituto da Consolata para Missões Estrangeiras, congregação de carisma missionário, fundada em Turim em 1902, e que assumiu a missão do então Território do Rio Branco (atual Estado de Roraima) em 1948, substituindo os monges beneditinos que a haviam fundado em 1909. No primeiro capítulo, Melvina se dedica a uma tarefa fundamental: decodificar as categorias que organizam o trabalho missionário. Para isso, ela se voltou à história do Instituto da Consolata no contexto do catolicismo ultramontano, que impulsionou uma ampla atividade missionária pelo mundo.

Vale ressaltar as dificuldades para uma pesquisa histórica em arquivos da Igreja no Brasil. Um dos planos iniciais da autora era analisar também a história da missão beneditina no Rio Branco e, para isso, seria necessária uma pesquisa documental no arquivo do Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro. Ela começou a pesquisa nesse local, no entanto, com a morte do responsável pelo arquivo e sua substituição por outro religioso, o acesso aos documentos foi totalmente negado. Podemos imaginar a frustração de alguém que iniciou uma pesquisa com materiais interessantes sobre a missão mas necessitou interromper o trabalho por conta da dificuldade de acesso aos documentos.

Em sua pesquisa, Melvina precisou trabalhar em arquivos, realizar pesquisas de campo, convivendo com missionários e índios em Roraima, além de buscar suporte teórico-metodológico em Paris, em um estágio no Groupe de Sociologie des Religions et de la Laïcité (GSRL), que a ajudou a compreender as representações que suscitaram a onda de criação de congregações missionárias no século XIX.

Essas congregações missionárias, é importante destacar, surgiram no contexto do Neocolonialismo, o que colaborou para a aproximação dos sentidos de cristianização e civilização, tão bem apontados pela autora. Por isso os projetos missionários pautavam-se pela idéia de implantar junto aos indígenas o modo de vida ocidental, e sustentavam-se em uma concepção evolucionista e unilinear da história humana.

No segundo capítulo, Melvina dedica-se à análise do projeto da missão da Consolata no Território do Rio Branco, depois Roraima, onde inicialmente as práticas do catolicismo ultramontano foram hegemônicas até o final dos anos 1960. Nesse período, os missionários tinham como alvo a integração dos povos indígenas na sociedade nacional, e procuravam evitar qualquer relação conflituosa entre estes e os colonos brancos. Apesar de verificar as injustiças praticadas contra os índios, não havia um plano de defesa sistemática dos interesses indígenas.

No entanto, as posições dos missionários gradualmente mudaram em direção de uma defesa dos direitos indígenas. Essa nova postura foi resultado de transformações que ocorreram na Igreja Católica, a partir das discussões do Concílio Vaticano II (1962-1965), que estimularam uma prática da Igreja em favor dos grupos menos favorecidos na sociedade. A situação nacional, de discussão em torno das leis indigenistas, e a situação local, de opressão sobre os povos indígenas, também foram fatores que colaboraram para uma nova postura dos missionários da Consolata. Com isso, as relações dos missionários com os não-índios na região se tornaram marcadas pelo conflito, como bem aponta Melvina.

As tensões entre missionários e não-índios ocorrem até os dias de hoje, sobretudo em função das discussões sobre a área indígena Raposa/Serra do Sol, cujo processo de demarcação se arrastou de 1977 a 2005. Os missionários se colocaram favoráveis à homologação do território em áreas contínuas, em oposição aos interesses de fazendeiros e garimpeiros, entre outros. O problema causou riscos para a pesquisadora, que sofreu intimidações e até mesmo ameaça de morte por realizar pesquisa com os Macuxi.

No terceiro capítulo, Melvina trabalha com as práticas missionárias em relação aos índios, a partir do novo contexto formado com a posição da Igreja em favor da causa indígena. A autora demonstra, baseada em entrevistas com missionários e índios, a importância dada ao conceito de “cultura”, que passa a ter o sentido de “espírito de um povo”, que deve ser preservada, incentivada e até mesmo, quando necessário, recuperada. Por isso, para os missionários, seria fundamental definir com mais precisão o que seria a “cultura indígena”, envolvendo seus valores, rituais e práticas abandonados em razão do contato. A própria pesquisadora foi questionada, diversas vezes, sobre o que seria realmente próprio da cultura macuxi. A antropóloga, nessa situação, foi vista como “especialista da cultura indígena”.

Assim, o que é considerado da cultura indígena ganha importância no discurso missionário. É o que ocorre no caso do Aleluia, que desde a segunda metade do século XIX reúne práticas religiosas com elementos Karib (Kapon e Pemom) e cristãos, que se difundiu entre diversos grupos indígenas, incluindo os Macuxi. Trata-se de um movimento religioso em que índios propagavam idéias com conteúdos cristãos, reinterpretados segundo o xamanismo indígena. O movimento teria começado, segundo pesquisas sobre o tema, com a influência de missionários anglicanos na Guiana Inglesa no século XIX. Entre os Macuxi, o Aleluia envolve, entre outras coisas, danças, cantos e ritos, que são considerados parte da “cultura indígena”, e por isso são valorizados.

Quando discute essa questão da valorização da “cultura indígena”, Melvina apresenta como operam os esforços de generalização, com base nos espaços sociais e simbólicos, que caracterizam a mediação cultural. A questão se amplia quando a autora analisa as ações dos missionários da Consolata no campo da prestação de serviços de saúde. Nessa atividade, entram em jogo concepções indígenas sobre doenças, com destaque para a idéia de Kanaimé, que, segundo os índios, é causador de doenças seguidas de morte. Registros sobre a concepção de Kanaimé são antigos na literatura antropológica de grupos Kapon e Pemom, e sua definição é muito difícil de precisar: como escreve Melvina, é ao mesmo tempo gente, bicho e espírito que encarnam nos animais.

Para a autora, Kanaimé seria uma linguagem que expressa situações nas quais não há possibilidade de mediação e contenção da destruição. A pessoa que recebe um ataque de Kanaimé apresenta sintomas como febre, vômito verde e pescoço roxo, entre outros, e seu destino, fatalmente, é a morte. Segundo os índios, ninguém pode fazer nada para ajudar uma pessoa que assim foi atacada.

Por ser considerada parte da “cultura indígena”, a idéia de Kanaimé não poderia ser condenada pelos missionários. No campo das doenças,

buscam-se alternativas para que as pessoas sejam tratadas dentro de concepções indígenas e nos moldes biomédicos. Surgem classificações como “doenças de branco” e “doenças de índio”. Assim, no que se refere aos diagnósticos e tratamentos dados às doenças, existe o que Melvina chama de “disputa simbólica constante entre os diferentes agentes de cura para fazer prevalecer suas concepções”. Mais uma vez é importante a análise dos processos de mediação cultural para que as categorias em questão ganhem sentido.

A autora ainda analisa as concepções de pessoa, corpo e alma que orientam a prestação de serviços de cura por parte dos missionários. Por fim, dedica espaço para discutir o esforço das irmãs missionárias da Consolata para que se criasse um atendimento diferenciado aos índios macuxi, baseado no trabalho de agentes indígenas de saúde, selecionados entre os próprios índios. Nesse campo, além de orientações sobre tratamento de doenças de acordo com modelos dos não-índios, há incentivo para a adoção de práticas indígenas de cura. Nada aconteceria, entretanto, se não houvesse uma participação ativa dos Macuxi nesse processo. Mais uma vez entram em cena os processos de mediação cultural, que buscam códigos de comunicação e significados compartilhados.

Dessa maneira, a obra de Melvina Araújo é de grande relevância não apenas para os estudos sobre missões, mas também para repensar a própria pesquisa antropológica, que cada vez mais se volta para fundamentos teórico-metodológicos que colocam as mediações entre diferentes agentes como objeto privilegiado de reflexão. É um livro que interessa também àqueles que buscam maior diálogo entre as Ciências Humanas, como é o caso da História e a Antropologia.

## Bibliografia

MONTERO, Paula (org.)

2006 *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural*, São Paulo, Globo.